



CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Linha de pesquisa:
Geografia rural e urbana

Jean Carlos Bernardo Silva

Agricultura familiar no município de São José do Campestre/RN

Guarabira/PB
Dezembro de 2011

Jean Carlos Bernardo Silva

Agricultura familiar no município de São José do Campestre/RN

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – CAMPUS III, como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Antônio Sérgio Ribeiro de Souza.

Guarabira/PB
Dezembro de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S587a

Silva, Jean Carlos Bernardo

Agricultura familiar no município de São José do
Campestre/RN / Jean Carlos Bernardo Silva. – Guarabira:
UEPB, 2012.

45f.:il; Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Esp. Antônio Sérgio Ribeiro de Souza.

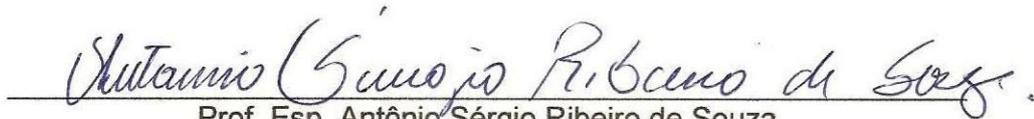
1. Agricultura Familiar 2. Pequeno Produtor
3. Atraso Tecnológico I. Título.

22.ed. CDD 577.55

Jean Carlos Bernardo Silva

Agricultura familiar no município de São José do Campestre/RN

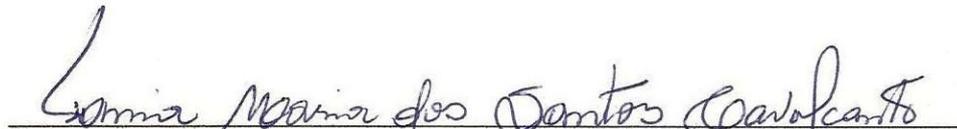
BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Antônio Sérgio Ribeiro de Souza
Esp. em Análise Ambiental da Paraíba –UEPB
Departamento de Geografia – CH – UEPB
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª Luciene Vieira de Arruda
Doutora em Solos pela UFPB – Areia-PB
(Examinadora)



Esp.ª Tânia Maria dos Santos Cavalcante
Esp. em Geografia e Território: Planejamento, Urbano Rural e Ambiental/UEPB
(Examinadora)

Aprovado em 07 de dezembro de 2011

Guarabira/PB
Dezembro de 2011

Dedico este trabalho aos meus amados pais, **João Maria e Maria do Carmo**, por sempre priorizarem minha educação e pelo amor, carinho e incentivo que me deram para a realização de mais esta conquista. A vocês, obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

- Em especial a **Deus**, por estar sempre a minha frente como guia e protetor.
- A minha **família**, base de sustentação e apoio.
- A minha querida noiva **Taise**, companheira e amiga de todas as horas.
- Ao meu irmão **Jairo**, grande incentivador.
- Ao meu orientador **Antônio Sérgio**, por toda a dedicação e atenção dada.
- Aos **professores** do Curso de Geografia, que contribuíram na minha formação e ajudaram nesta etapa da minha vida.
- Aos **amigos** de curso Alcicleide, Alessandra, André, Antôniel, Bruno, Edicleide, Elialda, Geisa, Gorete, Isabel, João, Júlia, Kennedy, Luiza, Micherlane, Rainer, Suelinton, Talis e Willian.
- Aos **agricultores familiares** do município de São José do Campestre, pois foram essenciais para a formação deste trabalho.
- Ao secretário de agricultura do município de São José do Campestre **Fabiano Costa Chaves**, pela assistência dada.
- Ao secretário da EMATER **Sebastião Gomes Coelho**, pela ajuda prestada.
- A **Prefeitura Municipal** de São José do Campestre, pelo transporte concedido.
- A equipe da **TEC AGRI**, em especial a Ivo Fernandes e Geysiel Gomes, pela assistência prestada.
- Enfim, agradeço a realização deste trabalho a **todos** que me deram sua ajuda, apoio e incentivo.

*Tanta terra, tanto campo e nem uma só pessoa
Tanto algodão branco e fofo e nem uma só pessoa
Mas logo vem a colheita e o campo se enche de vozes
Que passam, que cantam, que colhem
E se vão na vida à toa
E fica o campo tão grande
E nem uma só pessoa*

Ruth Alencar

043 – Licenciatura Plena em Geografia

SILVA, Jean Carlos Bernardo. **Agricultura familiar no município de São José do Campestre/RN**. Monografia (Graduação em Geografia), UEPB. Guarabira/PB, 2011.

Linha de pesquisa: Geografia Rural e Urbana

Orientador: Prof. Esp. Antônio Sérgio Ribeiro de Souza

Banca Examinadora: Prof^a. Dr^a. Luciene Vierra de Arruda

Esp^a. Tânia Maria dos Santos Cavalcante

RESUMO

A agricultura começou a ser praticada desde a sedentarização do homem, o qual foi selecionando sementes e domesticando espécies animais para o consumo de sua carne, sua força de trabalho e a utilização de sua pele. Aos poucos esta atividade que ocupava todo o grupo familiar foi evoluindo ao longo dos séculos e hoje conta com um enorme aparato tecnológico à sua disposição. Embora os temas que envolvam a agricultura familiar seja objeto de muitos estudos, ainda permanecem importantes lacunas, sobretudo no que diz respeito à análise das condições as quais os pequenos produtores rurais estão submetidos. A presente pesquisa realizada no município de São José do Campestre/RN, localizado na mesorregião do Agreste Potiguar e na microrregião da Borborema Potiguar tem como objetivo analisar a dinâmica da agricultura familiar praticada no município, com o intuito de mostrar a importância desse tipo de agricultura para os agricultores da região pesquisada. Para isso foram realizadas um total de cem entrevistas, o equivalente a 6,6% do universo da pesquisa. Esse é um segmento que apresenta características específicas na sua organização, tais com a utilização da mão-de-obra familiar, uma menor dimensão territorial de sua unidade produtiva e a produtividade camponesa está voltada às demandas da própria família. No mais a grande maioria dos pequenos agricultores rurais do município de São José do Campestre/RN, vivem em condições precárias, pois o incentivo do poder local é pouco ou quase nenhum, onde muitos estão sobrevivendo em dificuldades sócio-econômicas e em quase completo atraso tecnológico de suas atividades agrícolas, em face que o aumento da produção requer técnicas mais apropriadas no uso do solo.

Palavras-chave: agricultura familiar, pequeno produtor, atraso tecnológico.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CONTAG – Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Ha – Hectare
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Km – Quilometro
km² – Quilometro quadrado
m – Metros
m³ - Metros cúbicos
nº - Número
PB – Paraíba
Per capita – Por cabeça
RN – Rio Grande do Norte
SJC – São José do Campestre
SM – Salário mínimo
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produção agrícola familiar do município de SJC/RN em 2011	29
Gráfico 02 – Criação de animais na zona rural de SJC/RN	30
Gráfico 03 – Origem dos agricultores do município de SJC/RN	33
Gráfico 04 – Renda familiar dos agricultores do município de SJC/RN	35
Gráfico 05 – Técnicas utilizadas pelos agricultores para o preparo do solo	36
Gráfico 06 – Uso de adubos nas plantações familiares	37
Gráfico 07 – Destino das produções familiares	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Regiões do Nordeste brasileiro	20
Figura 02 – Divisão do RN em meso e microrregiões	22
Figura 03 – Acesso rodoviário de SJC/RN	23
Figura 04 – Mapa geológico de SJC/RN	25
Figura 05 – Localização de SJC/RN	26
Figura 06 – Localização das comunidades rurais do município de SJC/RN	32

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Animal pastando nas terras devolutas, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN	29
Foto 02 – Plantação de palma, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN	29
Foto 03 – Criação bovina, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN	30
Foto 04 – Criação de suínos, Sítio Carrapateira, SJC/RN	30
Foto 05 – Casa de alvenaria, Sítio Carrapateira, SJC/RN	34
Foto 06 – Casa de taipa, Sítio Urubu, SJC/RN	34
Foto 07 – Cisterna para armazenamento d'água, Sítio Lagoa da Pedra, SJC/RN	34
Foto 08 – Chafariz para captação d'água, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN	34
Foto 09 – Capinadeira utilizada no preparo do solo, Sítio Pedra Lisa, SJC/RN	37
Foto 10 – Queimadas para limpeza do solo, Sítio Picos, SJC/RN	37
Foto 11 – Comercialização dos produtos na feira do município de SJC/RN	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Breve histórico da agricultura	13
2.2 Caracterização da agricultura brasileira	16
2.3 O panorama da agricultura familiar no Nordeste do Brasil	19
2.4 A agricultura norte-rio-grandense	21
2.5 Localização geográfica do município de SJC/RN	23
2.6 Caracterização geoambiental do município de SJC/RN	24
2.7 Aspectos demográficos do município de SJC/RN	26
3 METODOLOGIA	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1 A dinâmica da agricultura familiar no município de SJC/RN	28
4.2 Características dos agricultores familiares do município de SJC/RN	33
4.3 Máquinas e insumos utilizados pelos agricultores familiares	36
4.4 Destino da produção familiar do município de SJC/RN	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	44

1 INTRODUÇÃO

No sentido absoluto do termo, agricultura familiar é uma forma de economia natural com baixos níveis de produtividade. Esta atividade agrícola só existe, atualmente nas regiões mais pobres dos continentes. Pode-se também atribuir este termo às economias que dedicam mais de dois terços de seu solo e de seu trabalho às produções de autoconsumo. Nesses locais a produtividade é muito baixa, e não se dispõe de máquinas agrícolas, adubos ou corretivos de solo (GEORGE, 1982).

Para Veiga (2001), em se tratando do campesinato familiar brasileiro, alguns pesquisadores dizem que há um grande excesso de agricultores. Mais ao examinarem as contas dos que dispõem de menos de 100 hectares, notam que nem mesmo um terço tira da lavoura renda familiar superior a 2 salários mínimos. Essa agricultura pouco rentável tem como principais características as desigualdades de terras, o atraso técnico e a baixa produtividade.

Para Pessoa (1999), mesmo tendo perdido sua importância devido ao desenvolvimento industrial no campo brasileiro e estar à margem da agricultura moderna, a agricultura familiar sempre manteve o seu papel de destaque no contexto do desenvolvimento econômico do país, por ser empregadora de mão-de-obra no meio rural e supridora de alimentos básicos ao mercado interno.

Vale salientar ainda que o índice de subnutrição em áreas de agricultura familiar é menor que entre as populações que trabalham como assalariados ou bóias-frias em grandes propriedades rurais. Mais significativo ainda é constatar que no nordeste brasileiro esses pequenos agricultores tiram de seus sítios cerca de 70% de sua renda (KRAJEWSKI et al., 2008).

No Rio Grande do Norte (RN), a agricultura é a atividade econômica mais praticada no estado, embora a estrutura montada para esta atividade esteja superada, reproduzindo hábitos negativos do passado como a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, concentração de renda e a exploração do trabalhador. Na realidade, é uma agricultura rudimentar e de baixo padrão tecnológico (FELIPE e CARVALHO, 2001).

O município de São José do Campestre/RN (SJC), não foge dessa realidade. Os agricultores familiares enfrentam grandes dificuldades para aumentarem a produtividade de seus sítios, pois não dispõem de meios técnicos de produção, onde

vários deles se utilizam do antiquado sistema de roça, deixando os solos esgotados em poucos anos de uso. Seus excedentes são inteiramente escoados para o centro urbano do município, para serem negociados nas feiras semanais.

Assim a escolha deste tema foi cativada pela grande importância que a agricultura familiar exerce como supridora de alimentos básicos ao mercado interno. Para o INCRA (2000), a agricultura familiar atende a duas condições básicas: a direção dos trabalhadores do estabelecimento é exercida pelo produtor, e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

No presente estudo, serão levantadas discussões bem significativas a respeito do tema abordado como, por exemplo, o padrão concentrado de terras que se configura a atual agricultura do país, as grandes disparidades existentes entre os maiores agricultores capitalistas e o pequeno agricultor familiar, como também ressaltar a grande importância que a agricultura familiar exerce atualmente no país e, conseqüentemente no município de SJC/RN.

O trabalho se apresenta como um grande laboratório de análise no que diz respeito a uma melhor percepção sobre a situação e a realidade produtiva dos pequenos produtores familiares do município, mostrando um conhecimento mais amplo sobre os trabalhos agrícolas realizados pelas famílias que produzem para o seu próprio sustento e também, em algumas vezes, para a comercialização.

Assim o trabalho proposto contribuirá para uma base de informações que podem ser utilizadas no planejamento de desenvolvimento agrário para os agricultores familiares no município de SJC/RN, com uma conscientização de políticas de incentivos financeiros e um serviço de assistência técnica para os pequenos produtores, trazendo um bem-estar social para as famílias rurais do município com foco na agricultura familiar dessa região.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve histórico da agricultura

A agricultura sempre teve seu papel de destaque na história da humanidade. Segundo Asmus (2004), desde a sedentarização do primeiro grupo *Homo sapiens* até o desenvolvimento das grandes civilizações, a agricultura apresentou-se como um dos pilares, que possibilitou a fixação de populações.

As evidências arqueológicas indicam que há 10.000 anos antes de Cristo teve início esse processo civilizatório da Revolução Agrícola. Esta revolução provocou uma alteração radical das estruturas sociais e do modo de vida das populações humanas. Seu início foi no 'Velho Mundo', na região apropriadamente denominada de 'Crescente Fértil', situada no Oriente Médio (MANUAL BRASIL AGRÍCOLA, 1986, p. 13).

Aos poucos o homem foi domesticando as espécies animais e observando as plantas, tirando partido daquelas que lhe davam mais rendimentos. As plantas que apresentavam raízes mais tuberosas como a mandioca e o inhame, parecem terem sido as primeiras utilizadas pelo homem para a formação de suas primeiras plantações (ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE, 1960).

De acordo com Ramos (2005) a propriedade privada da terra tornou-se, durante o período feudal, a forma principal de sustentação econômica diferenciada entre os homens, e sua continuidade era e ainda é hereditária, ou seja, garantida pelas instituições humanas de geração para geração. Esse é um aspecto tradicional que ainda hoje conservamos em nosso modo de vida. Tal propriedade é que garantia a apropriação, por uma classe, do excedente social na forma de renda da terra, ou seja, de parte da produção ou do excedente decorrente do trabalho humano aplicado aos elementos naturais, entre eles a própria terra.

Logo após o período feudal, com a revolução agrícola que precedeu a Revolução Industrial inglesa, ressaltamos que:

O processo de cercamento dos campos provocou a monetarização das relações comerciais agrícolas e, sobretudo, a livre mobilidade da mão-de-obra entre os mundos rural e urbano, se contrapondo à 'economia natural' do período feudal, em que o meio urbano era essencialmente o *locus* das atividades de artesanato e do mercado de produtos agrícolas de consumo cotidiano (FILIPPI, 2005, p. 24).

Após a Segunda Guerra Mundial a agricultura passou por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, conhecida como Revolução Verde. A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. A Revolução Verde permitiu também um pequeno aumento da oferta per capita mundial de alimentos (NUNES, 2007).

Atualmente o termo 'agricultura' segundo o IBGE (2006), é definido como "conjunto de intervenções feitas pelo homem, para promover e desenvolver a produção de uma ou mais espécies vegetais em uma determinada área". Assim a agricultura atual é uma das atividades mais importantes no contexto econômico de diversos países, onde as melhorias das técnicas e das condições humanas dos agricultores constituem, em uma das constantes preocupações dos governos (ENCICLOPÉDIA NOVO SÉCULO, 2002).

E essa atual configuração dos modelos agrícolas podem ser divididas em agricultura de subsistência, empresarial, tradicional, itinerante, moderna, orgânica, alternativa, patronal e familiar.

A agricultura de subsistência visa uma produção agrícola apenas suficiente para gerar alimentos e recursos para o sustento do próprio agricultor e sua família, onde raramente há a produção de excedentes para a comercialização ou armazenamento para 'tempos mais difíceis' (GRISI, 2000); segundo George (1982), a subprodução, a má utilização do solo e do trabalho e a preponderância das atividades de subsistência, tornam esse tipo de agricultura a mais atrasada tecnicamente e a mais constantemente ameaçada pela escassez.

Segundo Paterniani, 2001 apud Maximino (2010, p. 17) "a agricultura empresarial, que também pode ser familiar, é caracterizada pelo uso do emprego; alta tecnologia; uso de insumos agrícolas como adubações, irrigação, agroquímicos entre outros, visando à obtenção de alta produtividade".

A agricultura tradicional é um modelo agrícola totalmente dependente dos fatores naturais. Ela é praticada por meio de técnicas rudimentares se compararmos a atual agricultura mecanizada. Este tipo de agricultura é bastante forte entre os pequenos produtores rurais (TEIXEIRA, 2005).

A agricultura itinerante é baseada em um tipo de sistema agrícola, primitivo, adotado historicamente nos ecossistemas de floresta tropical, em que o agricultor derruba trecho da floresta queimando-o como preparo da terra para o cultivo de

subsistência, onde se obtém durante poucos anos alimento e posteriormente, abandonando a área que se tornou improdutiva (GRISI, 2000).

A agricultura moderna é sustentável por ser um sistema agrícola baseado na utilização de insumos químicos e utilização de tecnologias, onde as consequências tornam-se cada vez mais visíveis, com a exaustão dos solos, consumo elevado de energia e água e o uso de agrotóxicos, não degradando somente o meio ambiente e empobrecendo a biodiversidade, mas também causando enorme desigualdade social no campo, com altos lucros para poucos donos das multinacionais da agroindústria, que controlam o mercado, marginalizando milhões de pequenos agricultores (LUTZENBERGER, 2002 apud KUSTER e MARTÍ, 2004).

A agricultura orgânica tem por princípio básico estabelecer os seus sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor (AQUINO e ASSIS, 2007).

De acordo com o Manual Brasil Agrícola (1986), como o próprio nome indica, a agricultura alternativa é uma atividade que oferece alternativas diferentes, outros caminhos para as práticas agrícolas convencionais. Nesse caso não é o meio que tem de se adaptar as práticas agrícolas, são os próprios mecanismos agrícolas que se adaptam aos elementos biológicos naturais.

A agricultura patronal é aquela na qual existe a completa separação entre gestão e trabalho; a organização é centralizada, coloca-se ênfase na especialização da produção e nas práticas agrícolas padronizáveis e o trabalho assalariado é predominante (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000 apud ASMUS, 2004).

Segundo Evangelista (2002), Considera-se estabelecimento integrante da agricultura familiar aquele dirigido pelo próprio produtor rural e que utiliza mais a mão-de-obra familiar que a contratada. Esse tipo de agricultura também se caracteriza pela importância que a terra representa para o produtor familiar.

A relação com a propriedade é outro traço marcante no segmento da agricultura familiar, a noção de propriedade, o apego a terra está muito presente. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, ainda a possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir, confere ao camponês uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva (FINATTO e SALAMONI, 2008, p. 203).

Como isso, podemos perceber que a agricultura sempre exerceu sua marca de ligação entre o homem e a terra, estando fortemente presente na história da humanidade, sendo responsável pela formação das primeiras grandes civilizações. Hoje em dia mesmo com a forte concentração de terras que se observa em alguns países e com os atrasos tecnológicos que algumas regiões apresentam, a agricultura representa um importante setor no cenário internacional.

Também vale salientar que a agricultura moderna não é mais dependente dos fatores naturais e, com a utilização e implementação de um maquinário agrícola e insumos artificiais, ela vem conseguindo manter uma crescente em sua produtividade e atender necessidades alimentares das populações.

2.2 Caracterização da agricultura familiar brasileira

A terra é o meio de produção fundamental na economia rural. Apesar da grande tendência de urbanização por que passa o mundo atualmente, a agricultura é praticada na grande maioria dos países, uma vez que o desenvolvimento tecnológico atual permite superar condições adversas de clima e solo.

No Brasil, a estrutura agrária, primitivamente e em decorrência do sistema introduzido pelos portugueses no século XVI, é uma herança do período colonial, sendo que a produção agrícola foi organizada para atender aos mercados europeus. Dividida nas famosas Capitânicas Hereditárias, a terra foi aos poucos sendo conquistada, onde vale ressaltar que “a necessidade de dominar o meio físico e garantir a posse e a exploração da terra, levou a um processo rápido de devastação” (MANUAL BRASIL AGRÍCOLA, 1986, p. 29).

A agropecuária sempre teve enorme relevância econômica durante toda a história do Brasil. Os principais ciclos econômicos que o país atravessou desde o início da colonização portuguesa em 1500 estiveram ligados a produtos agrícolas ou de caráter extrativo, como o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, o algodão, o café, a borracha e o cacau. Esse modelo econômico primário-exportador manteve-se durante os regimes políticos da Colônia, do Império e do início da República, baseado na geração de renda proporcionada pela exportação de produtos agrícolas para importar os bens não produzidos localmente (NOGUEIRA, 2001, p. 3).

Fazendo uma análise do atual modelo de formação da propriedade da terra em nosso país, podemos constatar que é um resquício dos antigos sistemas coloniais, onde hoje em dia há a exclusão ou desinteresse para as culturas alimentares em detrimento da valorização de culturas para a exportação, centralizadas em algumas regiões do país.

No período colonial, porém, a terra não foi ocupada e conquistada apenas pelos sesmeiros com os seus subordinados. Pessoas humildes e de espírito independente, não desejando submeter-se às ordens e aos caprichos dos poderosos, ariscaram-se pelo interior e se estabeleceram em pequenas posses, posteriormente chamadas de sítios, dedicando-se à caça, à pesca, à coleta e a culturas de subsistência, vivendo a margem da economia de mercado e fazendo uma pequena criação, sobretudo de animais de pequeno e médio porte (ANDRADE, 1982, p. 138).

De acordo com Bertolini et al. (2010) foi na década de 70 que se iniciou o processo de modernização da agricultura brasileira com a introdução de máquinas, adubos químicos, crédito rural abundante e de baixo custo, criação de sistema de armazenamento, comercialização e transporte. Essas mudanças transformaram a agricultura, que antes era de caráter artesanal, em uma agricultura de estilo empresarial, sem considerar as diferenças existentes entre os agricultores, como tamanho da propriedade, sistema de relações de trabalho e tipo de produção.

Essa modernização técnico-produtiva do campo brasileiro teve um caráter desigual e excludente, pois beneficiou mais as regiões sudeste/sul, alguns tipos de produtores e culturas em detrimento de outras e não alterou a estrutura fundiária que historicamente sempre foi concentrada (COSTA e ANTONIO, 2004).

As causas da evolução do aumento contínuo da área média dos estabelecimentos rurais brasileiros estão particularmente associado a dois fatores: o abandono das pequenas propriedades por falta de políticas públicas específicas que garantam sua perenidade; o contínuo alargamento das fronteiras agrícolas nas regiões norte e centro-oeste, evidência da expansão do moderno agronegócio (FELIPPI, 2005, p. 55).

Desse modo a concentração da propriedade da terra se tornou um dos traços marcantes da economia rural brasileira. Esse padrão concentrador serviu como base para a configuração do atual modelo que se exhibe a agricultura do país, onde de um lado apresenta grandes estabelecimentos capitalistas, e do outro, pequenos estabelecimentos familiares.

Com tudo isso, a produção familiar ainda é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante. É preciso garantir a eles acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos (BERTOLINI et al., 2010).

Ressalta-se que o avanço do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável não pode ficar atrelado às políticas públicas globais nem às iniciativas exclusivamente locais. A sua potencialização dependerá da capacidade dos seus coordenadores executores de articular com os diversos setores da sociedade, sejam eles aliados ou não. Isto representa um dos maiores desafios a ser superado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, ou seja, conciliar as mudanças político-institucionais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, com a necessidade de alavancar ações, definir e redirecionar políticas públicas e de investimentos e ampliar oportunidades de geração de emprego e renda (CONTAG, 1997, p. 4).

Essas afirmações só fazem consolidar a idéia de que grande parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. Onde esse descaso histórico com o setor da agricultura, seja através da falta de financiamento adequado, falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade (SOARES, 2000).

A crise por que passa a agricultura, tanto no que se refere à patronal como a familiar é grave e merece uma reavaliação do modelo. Porém na agricultura familiar as consequências são mais visíveis, porque esta apresenta uma parcela significativa no conjunto da agricultura brasileira; é a base para o crescimento agrícola e redutora da pobreza, estando presente em todas as regiões do país. Entretanto, os recursos de capital que lhe são destinados são escassos para acompanhar as exigências do mercado globalizado (PESSÔA, 1999, p. 37).

Com base no que foi citado acima, podemos constatar que há a existência de uma crise agrária no que diz respeito à agricultura familiar brasileira, onde na raiz dessa crise encontra-se o pequeno agricultor familiar, pois ao contrario dos produtos destinados para exportação, os cultivos que correspondem a dieta básica da população brasileira, fundamentalmente feito por pequenos produtores, não vêm recebendo incentivos importantes.

2.3 O panorama da agricultura familiar no Nordeste do Brasil

Segundo Evangelista (2000), o Nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país comparado com as demais regiões. Esses estabelecimentos detêm também a maior fração da área, mas não há uma participação correspondente no valor bruto da produção nem no financiamento total. O Nordeste é ainda a região que apresenta a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar (17 ha) e a segunda menor na agricultura patronal (269 ha), com valores bastante inferiores às médias do país (26 e 433 ha, respectivamente).

É no Nordeste que se concentram os segmentos mais pobres dos agricultores familiares do Brasil. Aqui é onde as políticas de geração de renda encontram maior dificuldade em sua implementação. Quase não existe tradição camponesa porque monopolizavam-se praticamente todas as terras férteis com a produção de cana e algodão em grande escala, marginalizando boa parte da população rural a lugares com baixa fertilidade e produtividade (KUSTER e MARTÍ, 2004, p. 23).

Vale destacar também que os estados situados no Nordeste brasileiro, excetuado-se Pernambuco e Bahia, têm pequeno desenvolvimento industrial, sendo a agricultura a principal atividade neles desenvolvida. A agricultura destaca-se como empregadora de mão-de-obra em uma região em que a população rural é tão representativa quanto à população urbana (ANDRADE, 1977).

Neste contexto, podemos avaliar que a má distribuição da propriedade da terra é um dos traços mais marcantes que se apresenta na agricultura familiar do nordeste brasileiro, onde o tamanho da propriedade agrária, muitas vezes acaba dificultando ou até mesmo inviabilizando a exploração dos estabelecimentos agropecuários por parte do pequeno agricultor rural.

De acordo com Abramovay (1999), outro fator responsável por esse panorama é o fato do pequeno agricultor não conseguir afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que o vincula ao mercado. É o que ocorre nas áreas mais pobres do Nordeste, onde ainda são importantes os mecanismos de comercialização como os de 'venda na palha', que ligam as famílias a um comerciante que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola.

Vale salientar também a importância de se observar as regiões nordestinas separadamente a fim de se estabelecer um melhor entendimento sobre a questão agropecuária da desta região, pois a agricultura e a pecuária praticada nas mesmas se dão de uma forma bastante heterogênea, isso devido a diversos fatores, como por exemplo, a diversidade climática.

Dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária, que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao oeste, o Meio-norte, ainda extrativista e pecuarista (ANDRADE, 2005, p. 37).



Figura 01: Regiões do Nordeste brasileiro
Fonte: MAGNOLI, 2005

Podemos observar a existência de quatro regiões bem distintas: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. A Zona da Mata apresenta um clima quente e úmido e duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca. O Agreste

caracteriza-se como uma região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, onde apresenta condições quentes e úmidas com um clima seco. Já o Sertão se caracteriza como uma região quente e seca, é onde se localiza o chamado 'polígono das secas'. E por fim o Meio-Norte, compreendendo os estados do Maranhão e do Piauí com climas úmidos (ANDRADE, 2005).

Em suma, mesmo a região Nordeste apresentando as maiores parcelas dos estabelecimentos agrícolas familiares do país, seu desenvolvimento acaba esbarrando na falta de um mercado consumidor e principalmente na falta de introdução de novas técnicas, onde deve se apontar novamente, a má distribuição da terra como um fator de entrave para o desenvolvimento agrícola dessa região.

2.4 A agricultura norte-rio-grandense

De acordo com o IBGE (2010), o Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma área de 52.810.699 km² - cerca de 0,62% do território brasileiro. Tem suas coordenadas localizadas no hemisfério sul-ocidental, situado próximo ao equador, na região Nordeste do Brasil, tendo como limites a leste e ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste com o Ceará e ao sul com a Paraíba. Ressaltar-se que o Estado ocupa uma posição privilegiada em termos de localização estratégica, pois é o estado brasileiro que fica mais próximo da Europa e da África.

Vale destacar também que os lugares não são iguais, nelas existem várias diferenças e contrastes de suas paisagens físicas e naturais; esses contrastes ditam as diferenças de natureza, cultura e economia. Para que haja uma melhor compreensão do espaço vivido é necessária a divisão em zonas, áreas ou regiões. O estado do RN já foi dividido varias vezes, sendo que a divisão mais recente feita pelo IBGE ocorreu em 1989, quando o estado foi dividido em quatro grandes regiões: Mesorregião do Oeste Potiguar, Mesorregião Central Potiguar, Mesorregião do Agreste Potiguar e Mesorregião do Leste Potiguar (FELIPE e CARVALHO, 2001).

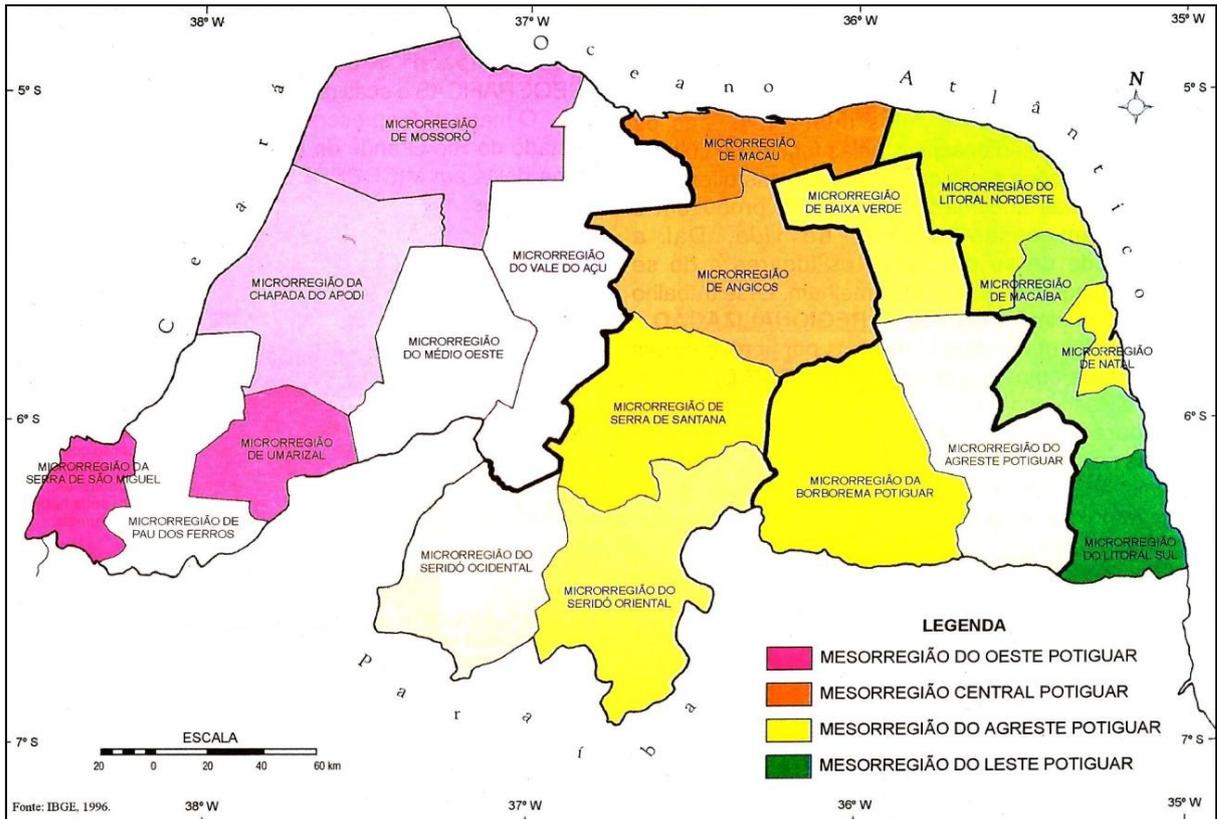


Figura 02: Divisão do RN em meso e microrregiões
Fonte: FELIPE, 2001

Em se tratando da questão agrária familiar do Estado, notamos que ela não foge da realidade nacional onde enfrenta os mesmos problemas da agricultura brasileira e nordestina. No Estado do Rio Grande do Norte, como nos demais estados do Nordeste brasileiro a agricultura e a pecuária vêm historicamente participando da produção e organização do território.

Apesar de ser considerada uma das principais atividades econômicas no contexto estadual, a agricultura praticada na maioria dos municípios norte-rio-grandenses encontra-se em estágio ainda rudimentar, face ao atraso tecnológico utilizado no processo produtivo. Soma-se a esse fato o fenômeno cíclico das secas e a forte concentração da produtividade fundiária, que agravam ainda mais a vida do homem do campo (FELIPE, 2002).

A grande concentração fundiária faz com que não haja interesse dos grandes proprietários em realizar uma exploração intensiva e não permitir aos minifundiários obter altos rendimentos devido ao seu nível cultural e econômico. Assim podemos afirmar que o baixo nível tecno-cultural, a concentração fundiária e a descapitalização da grande maioria dos agricultores contribuem para manter a produtividade agrícola em níveis baixos (ANDRADE, 1977, p. 87).

Podemos constatar então que a pequena agricultura, voltada para a produção de culturas tradicionais, e a pecuária potiguar vêm sofrendo um forte processo de declínio e estagnação; mas mesmo sofrendo com diversos fatores, entre eles os climáticos, essa pequena agropecuária vem desempenhando um importante papel na economia de diversas famílias do Estado.

2.5 Localização geográfica do município de SJC/RN

O município de SJC/RN situa-se na mesorregião Agreste Potiguar e na microrregião Borborema Potiguar, limita-se com os municípios de Tangará, Serra Caiada, Boa Saúde, Serra de São Bento, Monte das Gameleiras, Japi, Lagoa D'Anta, Serrinha e Santo Antônio e abrange uma área de 344 km². O município tem coordenadas 06°18'57,6" de latitude sul e 35°42'50,4" de longitude oeste, distando da capital cerca de 105 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, pelas rodovias pavimentadas BR-226 e RN-093 (CPRM, 2005).

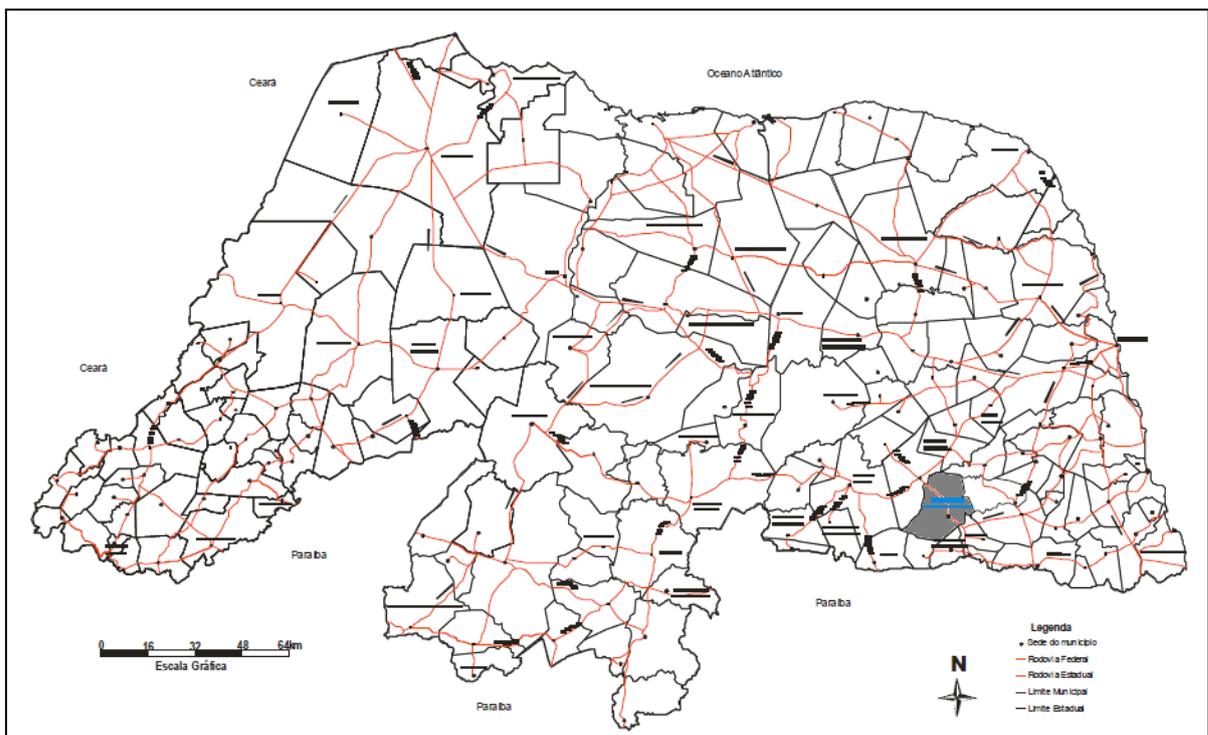


Figura 03: Acesso rodoviário de SJC/RN
Fonte: CPRM 2005

2.6 Caracterização geoambiental do município de SJC/RN

De acordo com as pesquisas realizadas em campo, bem como os dados levantados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2005), podemos constatar que a região onde se localiza o município de SJC apresenta uma variação de altitude que chega a cerca de 200 a 400 metros. Encontra-se entre a Serra de São Bento em uma depressão Sub-litorânea, que são terrenos rebaixados, localizados entre duas formas de relevo de maior altitude. Sua topografia, também ocorre entre os Tabuleiros Costeiros e o Planalto da Borborema Potiguar.

Geologicamente o município está inserido na Província Borborema, está constituído por litótipos dos complexos Serrinha-Pedro Velho e Santa Cruz, pelo sienomonzogranito calcialcalino que caracteriza o Granitóide São José do Campestre (A4gjc) e finalmente, pelos granitóides da Suíte Itaporanga. O Complexo Serrinha-Pedro Velho (PP2gsp) engloba ortognaisses tonalíticos-trondhjemíticos, migmatitos e granitos migmatizados.

Os solos predominantes do município são: Regossol Eutrófico com Fragipan, que apresentam fertilidade natural média, textura arenosa, relevo suave ondulado, medianamente profundos, bem drenados, susceptíveis a erosão. Estes solos são muito utilizados para o plantio de mandioca e feijão e em menor escala com milho, algodão, e fava. Apresentam restrições ao uso agrícola pela falta d'água decorrente do longo período de estiagem.

O clima de SJC/RN é muito quente e semi-árido, quente e seco no verão e úmido e frio no inverno. Apresenta temperaturas médias anuais de 25,6°C; um período chuvoso que vai de fevereiro a maio com precipitações pluviométricas anuais de 567,5 mm tendo uma umidade relativa média anual de 72%.

A cobertura vegetal do município apresenta as seguintes constituições: a Caatinga Hipoxerófila que é uma vegetação de clima semi-árido, e apresenta entre outras espécies a catingueira, angico, juazeiro, braúna, marmeleiro, mandacaru, umbuzeiro e aroeira; e a Caatinga Hiperxerófila que é uma vegetação de caráter mais seco, tendo como principais representantes a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.

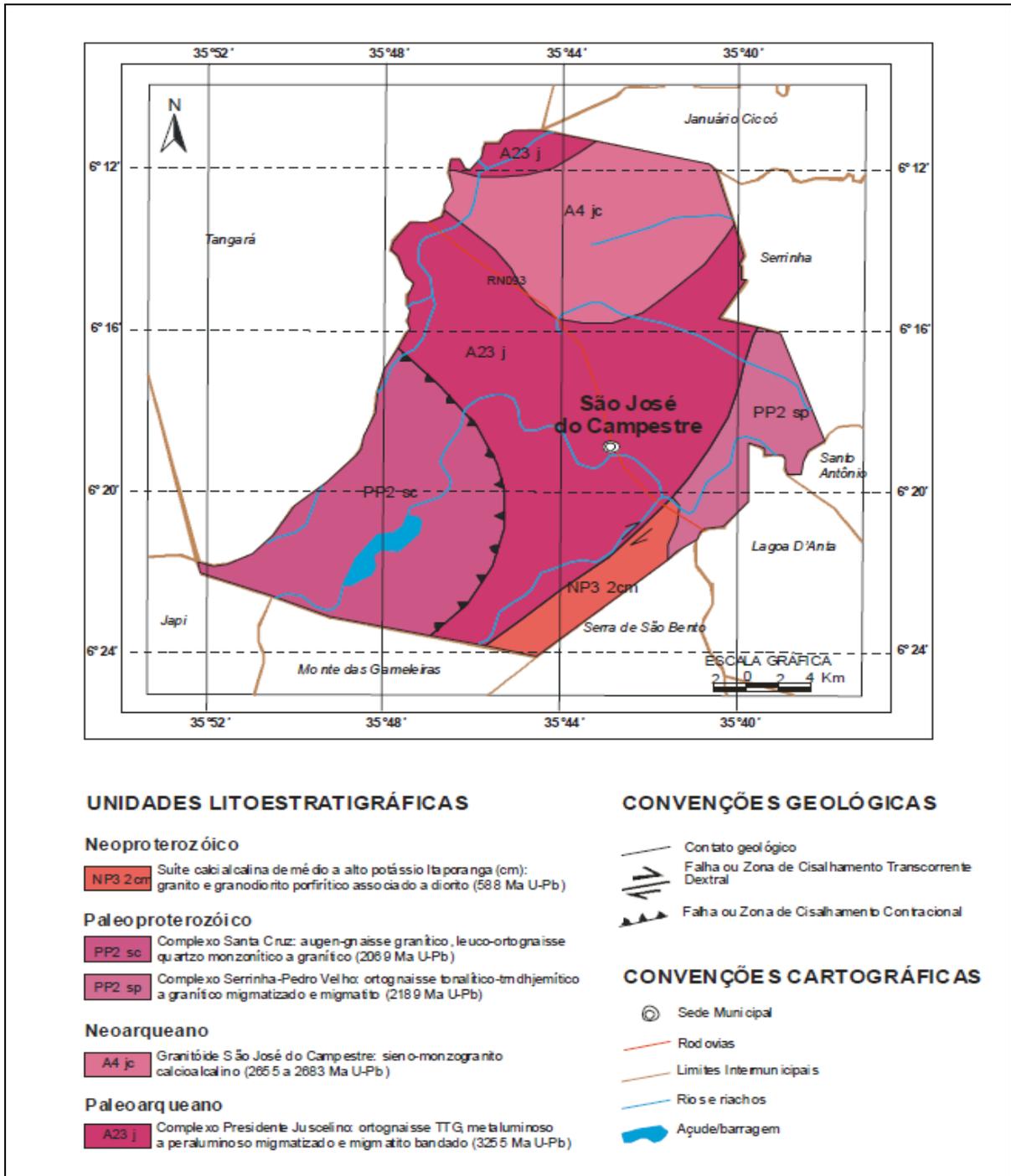


Figura 04: Mapa Geológico de SJC/RN
Fonte: CPRM 2005

O município possui 18,94% de seu território inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Trairi e 81,06% nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Jacu. Os principais tributários são os rios Pituaçu e Jacu, e os riachos Mulungu, Macassa, Pituaçu e da Cachoeira. Os principais corpos de acumulação são os açudes públicos Japi II (20.649.000m³), Arapuá (4.295.000m³) e Quarta-feira (606.600m³). O padrão da drenagem é o dendrítico e os cursos d'água têm regime intermitente.

2.7 Aspectos demográficos do município de SJC/RN

O município de SJC/RN foi criado pela Lei nº 146/48 aos 23 de dezembro de 1948, se desmembrado do município de Nova Cruz. As principais atividades econômicas são: agropecuária e comércio. Segundo o censo do IBGE (2010), a população total residente é de 12.356 habitantes, dos quais 6.150 são do sexo masculino e 6.206 do sexo feminino, sendo que 10.272 pessoas vivem na área urbana e 2.084 na área rural. A densidade demográfica é de 36,22 hab/km².

O município também possui 4.216 domicílios. A rede de saúde dispõe de 01 hospital, 07 postos de saúde e 36 leitos. A área educacional é composta por 16 estabelecimentos de ensino, sendo 08 na zona urbana e 08 na zona rural. Na infraestrutura existem: 01 Agência dos Correios, 01 agência bancária, 02 pousadas, além de 244 empresas com CNPJ atuantes no comércio varejista.

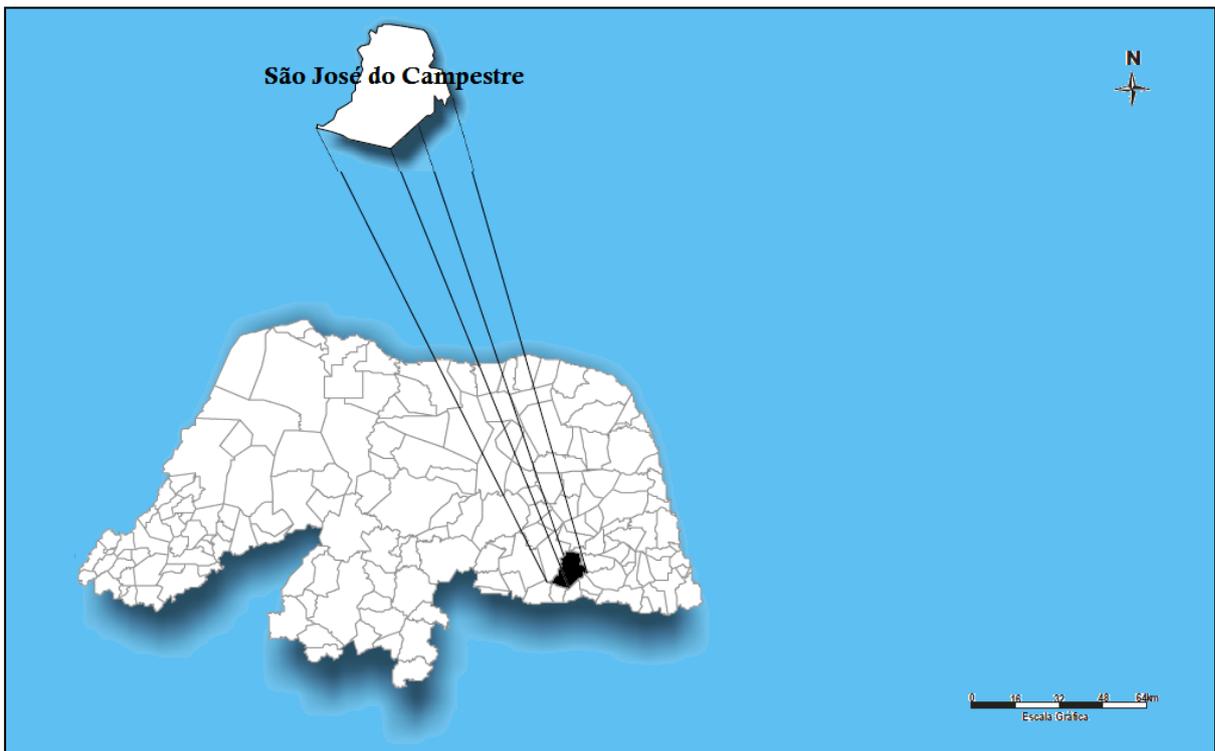


Figura 05: Localização de SJC/RN
Fonte: CPRM 2005

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa pretende fazer uma análise sobre a agricultura familiar praticada no município de SJC/RN, onde foram adotadas atividades de gabinete e campo, tendo como princípios básicos de organização, critérios previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2010). Para isso foram realizados alguns procedimentos como, levantamentos bibliográficos em livros, jornais, artigos científicos, textos da internet, revistas, entre outras fontes, onde se realizaram leituras e fichamentos de várias obras referentes ao tema abordado.

Também foi necessária a pesquisa de dados junto a diversos órgãos públicos como IBGE, EMATER-RN Secretaria Municipal de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de SJC/RN. Realizaram-se também estudos de campo, onde foram feitos levantamentos de dados com a aplicação de questionários a alguns agricultores de sítios pertencentes ao município.

Na pesquisa de campo foram aplicadas 100 entrevistas (o equivalente a 6,6% do universo da pesquisa), onde se realizaram levantamentos de informações sobre a produção familiar, infra-estrutura dos sítios, técnicas utilizadas pelos agricultores para preparo do solo, entre outros fatores que irão contribuir para um melhor entendimento do assunto pesquisado.

Em suma, buscando desta forma um melhor entendimento e compreensão do tema abordado, procurou-se encontrar explicações/soluções do fato decorrente, onde os dados obtidos foram somados a aqueles já existentes e, posteriormente analisados e debatidos afim de se obter os resultados desejados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo abordará a realidade da agricultura familiar do município de SJC, mostrando as características dos agricultores, as principais atividades praticadas pelos mesmos, as técnicas e instrumentos utilizados para a produção agrícola, o destino final de seus produtos, entre outros assuntos. Também será abordada a importância da terra para o pequeno produtor rural e as dificuldades enfrentadas por eles devido à falta de uma política de incentivo a novas técnicas.

4.1 A dinâmica da agricultura familiar no município de SJC/RN

A estrutura fundiária do município de SJC/RN é pouco representativa se comparada com os demais municípios da região do Agreste Potiguar. São 33 comunidades rurais, com cerca de 1.500 agricultores. As principais atividades agrárias desenvolvidas são: milho e feijão, agregadas com outros tipos de cultura além da criação de pequenos animais, como caprinos e suínos, e a pecuária de corte e leite praticada por alguns produtores.

O município é composto, em sua grande maioria, por pequenos agricultores familiares, que praticam a agricultura de subsistência, onde poucas vezes eles conseguem produzir excedentes para a comercialização. Essa baixa produtividade pode ser explicada devido à pequena extensão de algumas propriedades e da falta de uma maior assistência técnica, ocasionando o uso inadequado do solo o que acaba prejudicando ainda mais as condições das terras.

Podemos encontrar no município, proprietários patronais que exercem uma agricultura com um maior desenvolvimento técnico, o que acaba mostrando contrastes entre esses agricultores de maior padrão estrutural e os pequenos produtores familiares, visto que propriedades com uso de técnicas e grande produtividade, coexistem com pequenas propriedades sem acesso aos mesmos recursos e com baixa produtividade e dificuldades de sobrevivência.

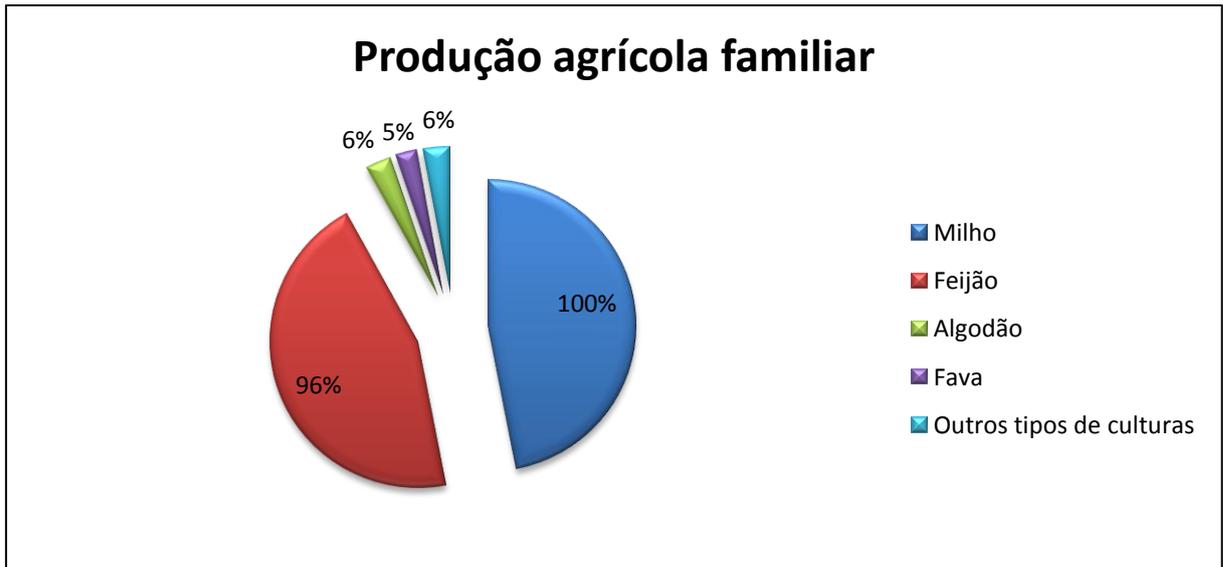


Gráfico 01: Produção agrícola familiar do município de SJC/RN em 2011
 Fonte: SILVA, 2011

SJC/RN apresenta em sua estrutura agrária uma predominância quase que total de pequenas unidades agrícolas familiares de menor dimensão territorial com o desenvolvimento de culturas primárias e, ao analisarmos o gráfico 01 percebemos que, das unidades familiares, 100% cultivam milho, 96% feijão, 6% algodão, 5% fava e 6% praticam outros tipos de culturas.

Já nos períodos de estiagem, que dura de julho a janeiro, os agricultores familiares destinam as terras que são utilizadas para a agricultura nos períodos chuvosos, para a pastagem de seus rebanhos e também para a plantação da palma, que serve para alimentar os animais.



Foto 01: Animal pastando nas terras devolutas, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN
 Fonte: SILVA, 2011



Foto 02: Plantação de palma para o consumo animal, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN
 Fonte: SILVA, 2011

A criação de animais de médio e pequeno porte, por parte dos agricultores familiares do município, também se apresenta de maneira bem significativa na construção de suas rendas. A maioria absoluta dos agricultores consultados se dedica à criação de bovinos e equinos, que muitas vezes servem como força de trabalho na preparação dos roçados.



Gráfico 02: Criação de animais na zona rural de SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Analisando o gráfico 02, constatamos que a grande maioria dos agricultores familiares do município (49%), dedicam-se à criação de bovinos, já 25% criam equinos, 18% fazem a criação de aves, 8% de ovinos, 7% se dedicam à criação de suínos e 6% têm caprinos em suas propriedades rurais.



Foto 03: Criação bovina, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011



Foto 04: Criação de suínos, Sítio Carrapateira, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Devido ao clima semi-árido, a região é sujeita à seca, deixando os rios sem água, o que acaba por comprometer as lavouras, o gado fica sem pasto para sua alimentação, gerando assim, uma crise na economia do município, afetando desse modo a sobrevivência da população. A partir da década de 90, por falta de uma política agrária e agrícola, houve um elevado índice no crescimento da população urbana devido ao êxodo rural, onde vale salientar que esses agricultores familiares, saídos do campo, passaram a morar nas periferias da cidade (EMATER-RN, 2004).

Nº	Comunidades	Área (ha)
01	Volta do Rio	1.766
02	Bico Doce	1.644
03	Curralinho	1.574
04	Santa Júlia	1.569
05	Cruz de São Pedro	1.536
06	Jacú de Órfãos	1.516
07	Barrinha	1.273
08	Poço do André	1.210
09	Quarta Feira	1.120
10	Japi	943
11	Tanque do Meio	925
12	Regalia	777
13	Quixaba	743
14	Lagoinha	707
15	Pedra Liza	706
16	Carrapateira	704
17	Caiçara	658
18	Lagoa da Pedra	654
19	Terra Nova	654
20	Alazão	652
21	Assentamento Esperança	643
22	Macassa	593
23	Picos	585
24	Pedra Grande	556
25	Marcação	455
26	Boa Esperança	445
27	Toco Preto	315
28	São Paulo	273
29	Santa Margarida	265
30	Sombra Grande	86
31	Boa Vista	84
32	Favela	54
33	Sagú	45

Quadro 01: Comunidades rurais do município de SJC/RN
Fonte: Adaptado da TEC AGRI, 2011

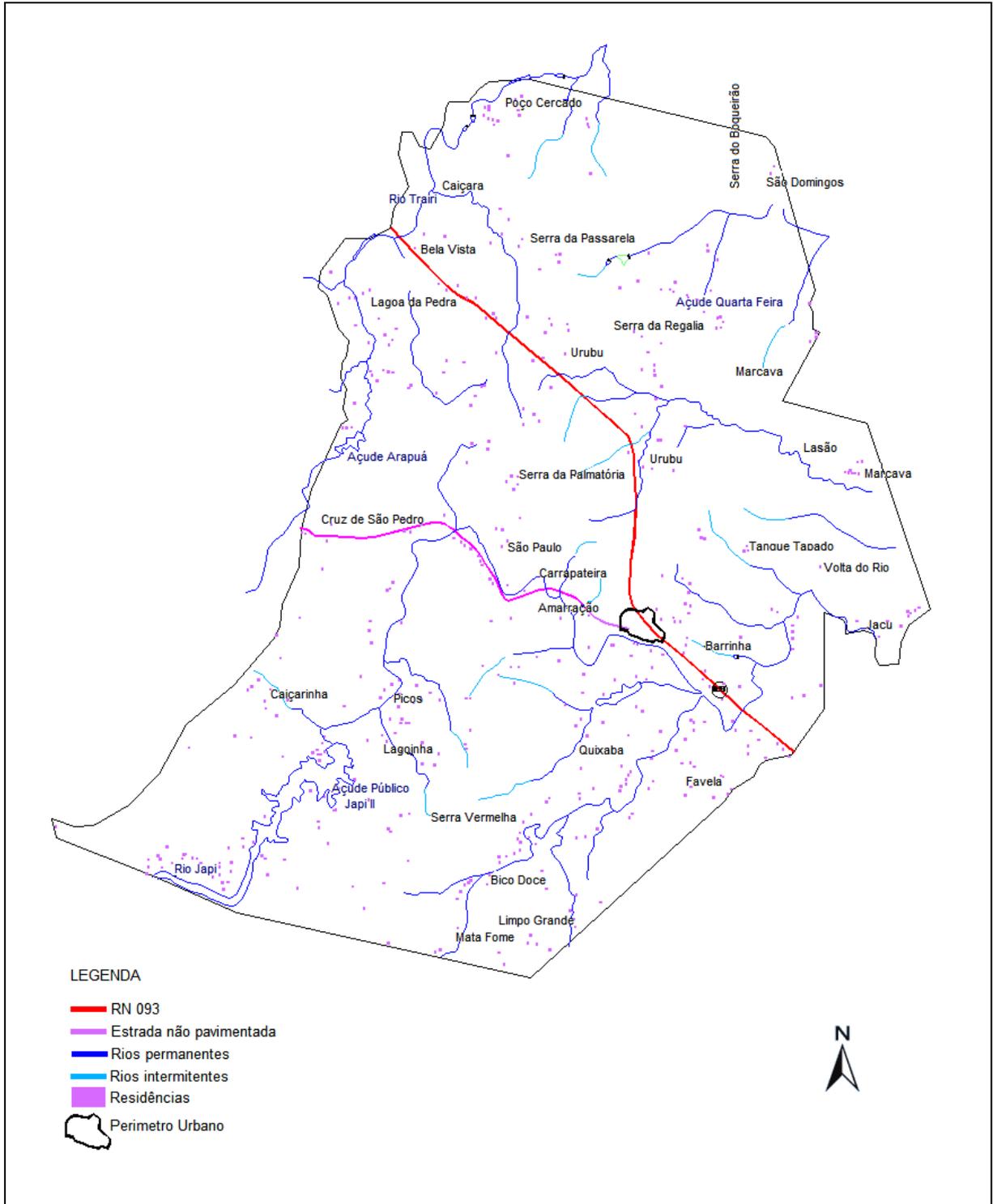


Figura 06: Localização das comunidades rurais do município de SJC/RN
Fonte: TEC AGRI, 2011

4.2 Características dos agricultores familiares do município de SJC/RN

A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção de subsistência e comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, o que acaba tornando-se um lugar de identificação e de posse da terra para o pequeno produtor.

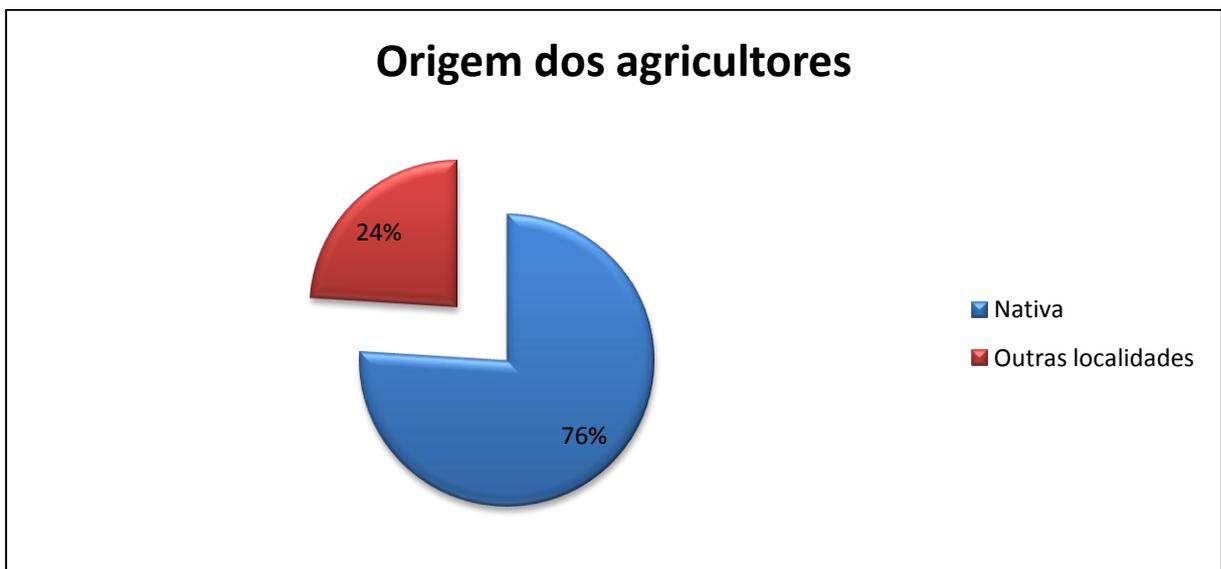


Gráfico 03: Origem dos agricultores familiares do município de SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Como podemos observar no gráfico 03, 76% dos agricultores familiares de SJC nasceram no próprio município e 24% são de outras cidades. É importante salientar também que os agricultores familiares do município apresentam um grau de escolaridade onde 35% nunca frequentaram a escola, 45% não possuem ensino fundamental completo, 6% não possuem o ensino médio completo e 3% possuem o ensino superior. 71% dos agricultores entrevistados possuem casa própria de alvenaria e 97% contam com energia elétrica em suas residências.



Foto 05: Casa de alvenaria, Sítio Carrapateira, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011



Foto 06: Casa de taipa, Sítio Urubu, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Vale destacar que cerca de 46% têm acesso à água tratada em suas residências; para aqueles que não contam com água encanada em suas casas, ela é proveniente de poços, chafarizes e cisternas localizadas em suas propriedades, a qual são abastecidas pelo recolhimento da água da chuva em calhas instaladas nos telhados das casas e pelos carros 'pipas' vindos da sede do município.



Foto 07: Cisterna para armazenamento d'água, Sítio Lagoa da Pedra, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011



Foto 08: Chafariz para captação d'água, Sítio Pai Joaquim, SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

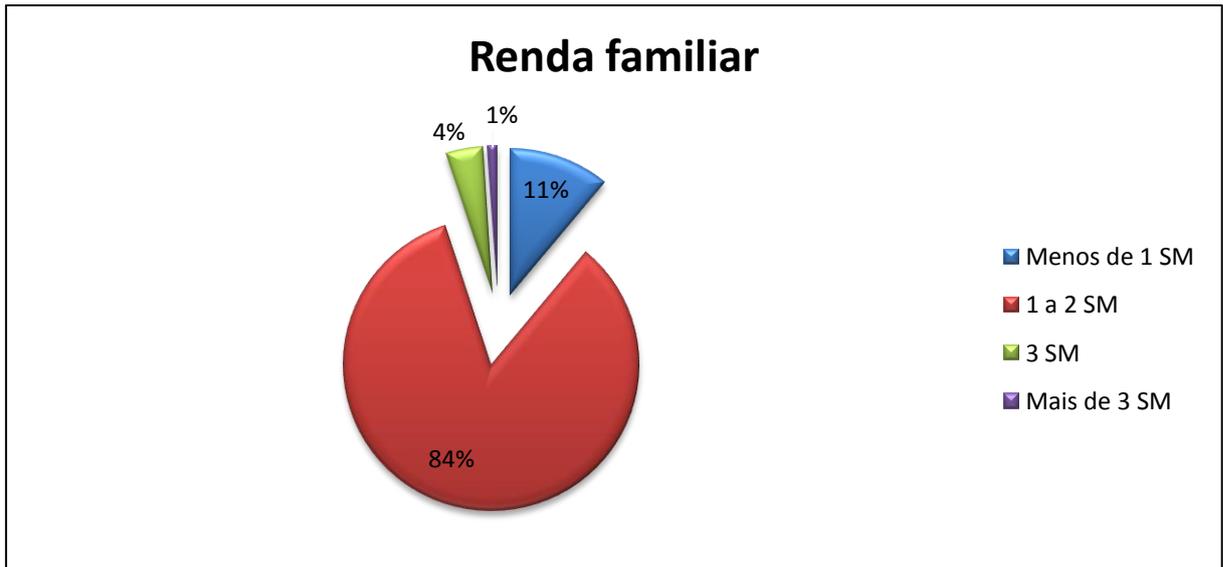


Gráfico 04: Renda familiar dos agricultores de SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Os agricultores apresentam um número médio de pessoas por família de 4,13 com uma renda que varia de 1 a 3 salários mínimos. Como visualizamos no gráfico 04, 11% dos agricultores apresenta uma renda de menos de um salário mínimo, 84% contam com renda que varia de 1 a 2 salários, 4% obtêm renda de 3 salários e o 1% restante apresenta renda superior a 3 salários.

Um aspecto importante e que tem contribuído para uma reorganização das unidades produtivas familiares é o processo de modernização da agricultura que altera a face da organização familiar tradicional, um desses traços que marcam esta transformação é que, com o passar do tempo, a estrutura familiar é marcada pela diminuição no número de filhos, isso deve ser pensado de maneira integrada ao modelo vigente que cria novas necessidades onde a estrutura familiar anteriormente consolidada já não tem como suportar (FINATTO e SALOMONI, 2008, p. 203).

Como podemos perceber a agricultura atual não mais permite uma estrutura familiar muito numerosa, que é uma característica tradicional das comunidades rurais. No município de SJC os agricultores familiares que detêm um maior número de pessoas em suas residências, apresentam as rendas mais abastadas. Dentre aqueles que apresentaram renda inferior a um salário mínimo, seus rendimentos são provenientes de programas sociais, como por exemplo, o Bolsa Família.

4.3 Máquinas e insumos utilizados pelos agricultores familiares

É importante destacar que na agricultura atual as máquinas, os insumos e as técnicas de produção, são de fundamental importância para elevar a produtividade do trabalho do homem do campo, o que acaba permitindo que o mesmo número de agricultores acabe produzindo uma quantidade cada vez maior de mercadorias, elevando assim os seus rendimentos.

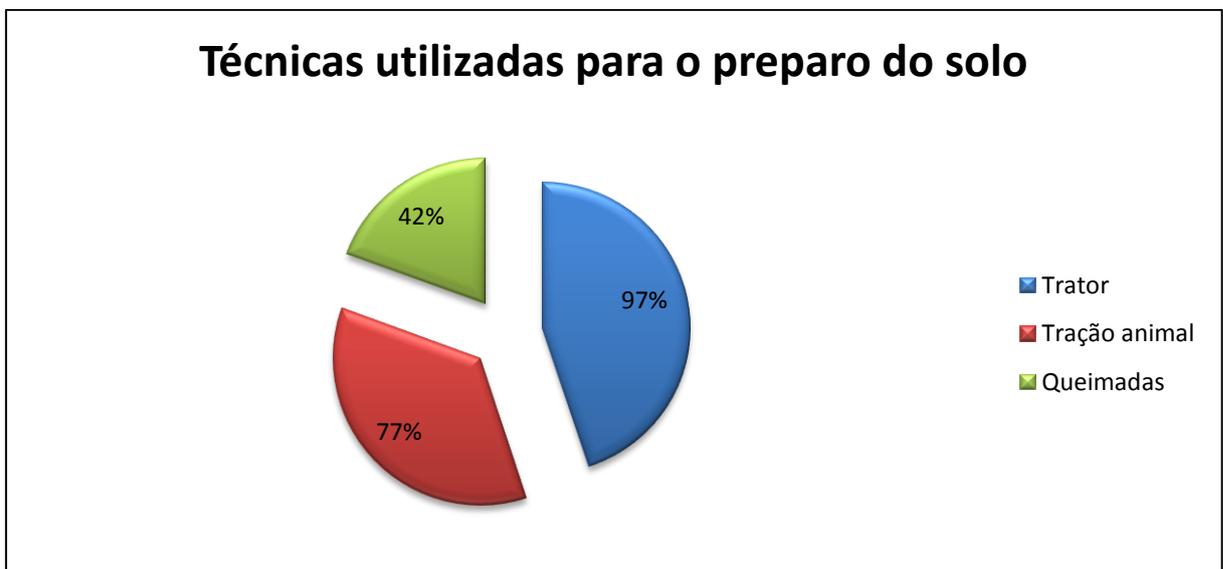


Gráfico 05: Técnicas utilizadas pelos agricultores para o preparo do solo
Fonte: SILVA, 2011

As técnicas utilizadas pelos agricultores no preparo do solo são bastante rudimentares, onde não há um desenvolvimento técnico nem assistência por parte de engenheiros para um melhor aproveitamento do solo. Como podemos observar no gráfico 05, 97% dos agricultores utilizam trator, 77% usam tração animal e 42% praticam queimadas para a limpeza do solo, as chamadas 'coivaras'.



Foto 09: Capinadeira utilizada para preparo do solo, Sítio Pedra Lisa, SJC/RN
 Fonte: SILVA, 2011



Foto 10: Queimadas para limpeza do solo, Sítio Picos, SJC/RN
 Fonte: SILVA, 2011

Segundo os agricultores entrevistados, as principais pragas estão relacionadas à lagarta, a formiga, ao gafanhoto e ao do bicudo. As lagartas estão em cerca de 98% das propriedades, em seguida vem à formiga com 97%, o gafanhoto aparece em 7% das localidades e nas 6% das propriedades onde há a produção de algodão, aparece o bicudo.

Para corrigir as deficiências do solo e os problemas causados pelas pragas, uma pequena parte dos produtores faz a utilização de insumos que, em sua esmagadora maioria, é de origem orgânica produzida pelos próprios agricultores, mas vale ressaltar que a grande maioria não utiliza nenhum tipo de corretivo, como podemos observar no gráfico 06.



Gráfico 06: Uso de adubos nas plantações familiares
 Fonte: SILVA, 2011

Como podemos visualizar a grande maioria dos agricultores familiares (91%) não utilizam nenhum tipo de adubo ou corretivo, 8% fazem a utilização de adubo orgânico, sendo comum a utilização do uso de esterco de gado para fertilizar o solo e apenas 1% dos entrevistados insumos químicos em suas lavouras, a fim de conterem as pragas existentes.

4.4 Destino da produção familiar do município de SJC/RN

A produção familiar encontrada nas pesquisas realizadas no município é bastante baixa o que dificulta a comercialização da produção, onde ela é destinada apenas para o autoconsumo do produtor. Dependendo da colheita, o pequeno proprietário familiar consegue vender o pouco excedente que sobra de sua produção, sendo na sua totalidade, comercializado na feira semanal do município.



Gráfico 07: Destino das produções familiares
Fonte: SILVA, 2011

Dentre os agricultores entrevistados constatou-se que 58% conseguem extrair de suas produções de autoconsumo excedentes para a comercialização, mas 42% declararam que conseguem tirar de suas terras, alimentos suficientes apenas para a subsistência de suas famílias assim como afirma o senhor Francisco Severino de Fontes de 58 anos, morador do Sítio Terra Nova: “Quando a colheita é boa às vezes

dá pra gente vender um saquinho ou dois de milho e feijão, mas na maioria das vezes só dá pra gente comer¹”.



Foto 11: Comercialização dos produtos na feira do município de SJC/RN
Fonte: SILVA, 2011

Vale destacar também o Programa Compra Direta, onde os produtores familiares do município são cadastrados para venderem produtos como queijo, tomate, pimentão, entre outros artigos produzidos nos próprios sítios dos agricultores. Ao total estão cadastrados atualmente 11 famílias residentes nas comunidades Quixaba, Picos, Bico Doce e Assentamento Esperança. Estes produtos são destinados as instituições do município, como por exemplo, escolas e creches, e tem um prazo de compras que varia de dois a três meses ao ano.

¹ Entrevista concedida em novembro de 2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio rural, a agricultura familiar é a principal geradora de emprego, vale destacar também a sua importância para a segurança alimentar de várias famílias. Através da presente pesquisa pode-se considerar que a grande maioria dos agricultores rurais do município de SJC pratica uma agricultura quase que exclusivamente de subsistência, onde nota-se a utilização de técnicas rudimentares no preparo do solo e uma predominância das culturas de milho e feijão.

Através da pesquisa foi possível constatar que, para melhorar as condições do pequeno produtor rural no município de SJC, será preciso:

- Criar mecanismos que auxiliem os agricultores no escoamento de suas produções para que o pequeno agricultor não precise de intermediários, a fim de estabelecer um maior aumento de seus lucros;

- Estabelecer convênios com organizações e empresas para orientar os agricultores em relação a um melhor aproveitamento do espaço cultivado com a introdução de técnicas e métodos de produção para que haja um aumento na produtividade de seus sítios;

- Incentivar a criação de políticas públicas agrícolas mais eficazes para um maior melhoramento nos meios de produção com incentivos do poder público para aumentar a capacidade produtiva dos agricultores familiares do município.

Diante do exposto entende-se que foram alcançados os objetivos estabelecidos, pois se conseguiu mostrar um pouco da realidade do pequeno produtor rural do município de SJC, mas ao mesmo tempo existe a certeza que o trabalho ainda não terminou, pelo contrário, fica o dever de continuação para compreender as lacunas que devem ser preenchidas por todos aqueles que demonstrarem interesse pelo tema. Com tudo espera-se ter contribuído para os estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol. 29, n° 3. Jan/ago 1999. 21 p.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1977. 169 p.

_____. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e no norte de Minas**. Recife, SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982. p. 02 – 143.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. Ambiente & Sociedade, vol. 10, n° 1. Jan/jun 2007. p. 137 – 150.

ASMUS, R. F. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. Tese de Doutorado pela Universidade de Brasília, 2004. 217 p.

BERTOLINI, G. F.; BRANDALISE, L. T.; NAZZARI, R. K. – organizadores. **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. 2ª Ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. 163 p.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhos na Agricultura. **Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento local baseado na agricultura familiar**. Brasília, 1997. 56 p.

CPRM 2005 - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de São José do Campestre, Estado do Rio Grande do Norte**, Recife, 2005. 11 p.

COSTA, V. M. H. de M.; ANTONIO, L. S. **Produtores familiares e estratégias ligadas à terra**. Revista RER, vol. 42, n° 04. Dezembro de 2004. p. 663-683.

EMATER-RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte. **Plano municipal/regional de assistência técnica e extensão rural**. São José do Campestre, 2004. 10 p.

ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1960. p. 7009-7575.

ENCICLOPÉDIA NOVO SÉCULO. Volume 1. Argentina: Editora Visor, 2002. p. 72-73.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Escritório Técnico de Estudos Econômicos – ETENE, 2002. 12 p.

FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A. de. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Grafset, 2001. 96 p.

FELIPE, J. L. A. **Economia do Rio Grande do Norte: Estudo Geo – História e Econômico**. João Pessoa, 2002. 80 p.

FILIPPI, E. E. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 143 p.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS**. Uberlândia: Sociedade & Natureza, 2008. p. 199 – 217.

GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982. 252 p.

GRISI, B. M. **Glossário de ecologia e ciências ambientais**. 2ª Ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000. 200 p.

IBGE – **Manual Técnico de Uso da Terra**. Rio de Janeiro, vol. 7, 2ª Ed, 2006. Disponível em:

<http://www.geofp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/usodaterra/manualusodaterra.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

IBGE – **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

INCRA – **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Ministério do desenvolvimento agrário. Brasília, fevereiro de 2000.

KRAJEWSKI, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; RIBEIRO, W. C. **Geografia: pesquisa e ação**. São Paulo: Moderna, 2005. 201 p.

KUSTER, A.; MARTÍ, J. F. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 23 – 75.

MAGNOLI, D; ARAUJO, R. **Geografia: a construção do mundo**. São Paulo: Moderna, 2005. p. 299.

MANUAL BRASIL AGRÍCOLA. **A terra, a planta e o homem**. São Paulo: Ícone Editora, volume 1, 1986. 243 p.

MAXIMINO, J. E. B. **Dinâmica da produção agropecuária no Sitio Canoas, Araçagi-PB**. Monografia de Especialização em Geografia e Território, planejamento urbano, rural e ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Guarabira/PB, 2010.

NOGUEIRA, A. C. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, vol. 8, nº 4, out/dez 2001. 11p.

NUNES, S. P. **O desenvolvimento da agricultura familiar brasileira e mundial e a idéia de desenvolvimento rural**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. Nº 157, março de 2007. 15 p.

PESSÔA, V. L. S. **A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência na virada do milênio**. Espaço em Revista, ano 2 – nº 2, 1999. p. 36 – 41.

RAMOS, P. **Índices de rendimento da agropecuária brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 96 p.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta. Nº 84, dezembro de 2000. p. 40 – 49.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagos/MG, ano 2, nº 2, vol. 2, setembro de 2005. p. 21 – 42.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. 108 p.

APÊNDICE – Questionário de pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Nome do entrevistado: _____

Data de nascimento: _____

1. Origem do agricultor.

() Nativa () Outras cidades

2. Possui casa própria?

() Sim () Não

3. Tipo de moradia.

() Alvenaria () Taipa () Outros

4. Grau de escolaridade.

5. Pessoas residentes.

6. Possui água tratada?

() Sim () Não

Procedência da água:

7. Possui energia elétrica?

() Sim () Não

8. Renda familiar.

9. Culturas cultivadas.

() Mandioca () Milho () Feijão () Fava
() Batata () Algodão () Abacaxi () Outros

10. Criação de animais

() Bovinos () Ovinos () Caprinos () Equinos
() Suínos () Avícola () Outros

11. Insumos utilizados.

() Adubo orgânico () Adubo químico () não utiliza adubo

12. Quais as técnicas utilizadas no preparo do solo?

13. Quais as pragas mais frequentes?

14. Destino da produção.
